

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Conteúdos do conceito de sustentabilidade. No segmento empresarial brasileiro.

François M. P. Gavard.

Cita:

François M. P. Gavard (2009). *Conteúdos do conceito de sustentabilidade. No segmento empresarial brasileiro. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1054>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Conteúdos do conceito de sustentabilidade

No segmento empresarial brasileiro

François M. P. Gavard

Cientista Social

Universidade Federal de Santa Maria

Mestrando em Ciências Sociais pela UFSM

francois_gavard@yahoo.com.br.

1- INTRODUÇÃO

Apesar de relativamente recente, a percepção da degradação dos recursos naturais como um problema de primeira linha agenda política internacional já possui um histórico bastante rico e conturbado. Nesta problemática, dois atores tem se destacado historicamente pela defesa de interesses considerados antagônicos por muito tempo: os

defensores de um modelo de crescimento econômico tradicional baseado na exploração dos recursos naturais e, no campo oposto, os ambientalistas, hostis a uma noção de desenvolvimento que implique no esgotamento dos recursos naturais do planeta. Esta perspectiva dicotômica evoluiu desde a década de 60 até a visão propagada atualmente pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, amplamente divulgada e aceita nos meios empresariais que defende um modelo econômico onde o matrimônio entre preservação ambiental e busca pela lucratividade além de possível constitui uma condição para a reprodução e manutenção da economia capitalista

Este conceito tornou-se uma estratégia retórica incontornável para conferir legitimidade às atividades corporativas, ainda que pare um grau razoável de desconfiança sobre seu real significado – acusado de formular a resolução da problemática ambiental de maneira vaga – e quanto ao efetivo comprometimento das empresas na incorporação das preocupações ambientais em seus processos produtivos.

O presente artigo se situa na área da sociologia ambiental e tem como objetivo aprofundar o debate da relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Aqui, se adota como aspecto privilegiado a inserção das empresas dentro de um novo contexto de competição econômica marcado pela imposição de imperativos éticos às suas ações, oriundos de uma crescente demanda social por responsabilidade socioambiental.

O material empírico proposto para este artigo consiste do mais completo *survey* sobre gestão ambiental empresarial publicado anualmente no Brasil reunindo a maior parte das grandes empresas brasileirasⁱ com o objetivo de traçar um perfil de suas práticas e políticas ambientais. Pretendemos através da análise das perguntas constantes no questionário, das temáticas onde se agrupam, sua incidência e participação no mesmo,

ⁱ Na edição de 2008, que é a base de dados deste artigo, participaram 767 grandes empresas brasileiras que juntas representam 50% do PIB nacional.

formar um retrato, ainda que sumário, da imagem de empresa sustentável que é veiculada nesta publicaçãoⁱⁱ.

2- O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E AS EMPRESAS

2.1- O surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Não se sabe ao certo qual foi a primeira vez em que o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) foi usado, mas pode-se indicar que foi na ocasião da publicação do *World's Conservation Strategy* (WCS) pela *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN) em 1980 que o conceito adquire proeminência. Este documento veiculava, como idéia central, a pretensão de se buscar um tipo de desenvolvimento compatível com a conservação dos recursos naturais, sendo desta forma, sustentável. Mas caberá a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) – conhecida como comissão Brundtland - em 1987, dar ao conceito de Desenvolvimento Sustentável sua definição mais célebre: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. Nesta formulação, conceito de DS assevera a possibilidade de a economia mundial manter seus níveis de crescimento sem comprometer a disponibilidade de recursos naturais no longo prazo e o instrumento indicado como capaz de proporcionar este quadro é avanço científico/tecnológico.

O conceito de DS irá se consagrar definitivamente por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992ⁱⁱⁱ. Para Nobre (1992), esta conferência constituiu o momento decisivo para a institucionalização da problemática ambiental nos parâmetros do DS, assim como definiu os termos em que se

ⁱⁱ Cabe observar que no âmbito deste artigo o que se propõem a analisar são as perguntas do questionário e não as respostas obtidas das empresas.

ⁱⁱⁱ Mais conhecida como ECO-92 (ou Rio-92), realizada no Rio de Janeiro.

daria esta institucionalização, suas amarras institucionais^{iv}. A CNUMAD 92 constitui, assim, um ponto de inflexão na discussão sobre o meio ambiente e marca o momento onde este conceito se demonstrou uma estratégia vitoriosa para a institucionalização da problemática ambiental no âmbito da agenda política internacional, na esfera governamental, empresas e políticas públicas nacionais (Nobre, 2002). Este conceito deu prova de persistência e crescente aceitação ao chegar hodiernamente a impor-se como recurso retórico indispensável nos discursos dos mais diferentes atores sociais ligados de alguma forma à problemática ambiental.

Viola e Leis (1991), observam que para tornar-se um conceito vitorioso, foi imprescindível a adesão, em meados da década de 80, de alguns setores empresariais ao discurso da sustentabilidade. Embora ainda acanhados em termos de representatividade, estes setores se demonstraram de grande importância estratégica na transição do ambientalismo para o discurso da sustentabilidade. E isto porque representavam um segmento comprometido com o pragmatismo e orientado pelo realismo de propostas objetivas capazes de “fazer acontecer” a sustentabilidade. Estes autores acrescentam que é possível levantar dúvidas sobre a vocação e o compromisso do empresariado em aderir a um modelo de DS que esteja orientado pelos valores da democracia e a equidade social. Mas, por outro lado, é indiscutível que se tratou naquele momento do segmento mais decidido em situar o debate entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental dentro dos parâmetros do conceito de DS.

2.2- Atividade empresarial e meio ambiente:

Para compreender a adesão do setor produtivo ao discurso da sustentabilidade se faz necessário recuperarmos algo do histórico da implicação das atividades industriais com as condições ambientais. Demajorovic (2003) indica que da primeira fase da Revolução Industrial até meados do século XX os problemas decorrentes

^{iv} Determinadas segundo este autor pelos ditames do neoliberalismo, incorporados pelos países ricos e especialmente pelo FMI/Banco Mundial.

da degradação de recursos naturais multiplicam-se, tanto em suas formas quanto em sua magnitude. Não obstante, durante todo o período tais problemas foram relegados a plano secundário devido à sua abrangência circunscrita espacialmente e socialmente^v (BECK, 2006). A partir dos anos 50 observa-se a continuidade dos processos de degradação em áreas determinadas em consequência da ação de agentes poluidores localmente gerados e atuantes, mas, também se passa a verificar a disseminação de problemas ambientais para além dos focos geradores de riscos. Os efeitos negativos da ação do homem sobre o ambiente natural não mais respeitam barreiras – geográficas ou sociais – e apresentam características até então desconhecidas e contrastantes com os riscos gerados pelos estágios anteriores do processo de industrialização.^{vi} Os problemas que podem ser potencialmente gerados pelas indústrias químicas, nuclear e pela engenharia genética, por exemplo, apresentam estas características.

A consequência deste processo é a difusão de um contexto de reflexividade nestas sociedades em que as instituições modernas passam a ser alvo de críticas e devem se justificar perante a estas. Alguns valores amplamente aceitos da modernidade e da sociedade capitalista começam a ter suas bases de sustentação abaladas, no caso que nos interessa, se observa que a atividade produtiva começa a carecer de sustentação perante a sociedade sob a ação da crítica ambientalista.

Assim, neste novo quadro, marcado pela emergência simultânea de novos imperativos éticos e de atores sociais aglutinados em torno de preocupações em comum, configura-se uma realidade em que os benefícios sociais que tradicionalmente deram respaldo à atividade industrial – especialmente no período pós-guerra – como geração de empregos, aumento da arrecadação dos cofres públicos, aumento do produto interno e do nível de renda, começam, segundo Demajorovic (2006), a encontrar cada vez menos respaldo na sociedade e a chocar-se com uma moral ecológica que se difunde

^v E a uma crença de que seus efeitos permaneceriam confinados a estes tipos de limites

^{vi} Pois estes novos riscos não podem ser limitados temporal ou espacialmente, não são de difícil identificação de nexos causais entre risco gerado e origem e muitas vezes são insuscetíveis de reparação (BECK, 2006).

progressivamente. Esta nova moralidade não questiona somente os aspectos tecnológicos e econômicos das atividades empresariais, mas se faz sentir como uma forma de pressão política no sentido de um maior rigor das normas de comando e controle do Estado sobre estas^{vii}.

2.3- O discurso da sustentabilidade e as empresas

É neste contexto que as empresas, especialmente após meados da década de 1980, se viram pressionadas a adotar algum tipo de postura em relação a problemática ambiental, não de natureza reativa, e sim que incorporasse a demanda social por responsabilidade ambiental no discurso e práticas empresariais. A adoção do conceito de DS por parte das empresas demonstrou ser a estratégia dominante neste sentido, dado o alto grau de aceitação deste na sociedade, canais do poder e do capital. No entanto, no que diz respeito a uso deste conceito pelo segmento empresarial, paira a suspeita de que o mesmo venha sendo utilizado como peça retórica visando conferir legitimidade a atividades potencial ou efetivamente danosas ao meio ambiente. A adesão retórica ao conceito serviria, nestas situações, para conferir uma imagem ecologicamente correta às empresas, visando agregar valor aos seus produtos e abarcar a fatia do mercado consumidor preocupada com os problemas ambientais. Além disto, na medida em que o segmento empresarial passe a difundir amplamente este tipo de imagem, esta estratégia poderia vir a calhar para criar um ambiente desfavorável a uma ampliação, eventualmente necessária, da legislação ambiental e de aumento no rigor em sua fiscalização.

^{vii} Esta pressão social sobre o Estado para uma responsabilização dos agentes causadores da degradação ambiental se deu de maneira bastante tardia no caso brasileiro se comparado aos países do primeiro mundo. Demajorovic (2003) indica que somente em finais da década de 70 uma ainda incipiente mobilização ambientalista passa questionar as ações empresariais. Seria somente em meados da década de 80 que a pressão social resultaria em uma ação mais incisiva dos órgãos governamentais ligados ao meio ambiente nos grandes centros produtores como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, resultando em mudanças nas políticas socioambientais de empresas de alguns setores.

Admite-se que o conceito de DS se preste a este tipo de prática devido a duas particularidades a ele inerentes: seu conteúdo vago e a sua ampla aceitação na sociedade. Quando um discurso goza de certo grau de difusão e aceitação na sociedade, a ponto de auferir prestígio para aqueles que dele fazem uso e, num movimento simultâneo, quando logra em criar mecanismos de exclusão e estigmatização para aqueles que a ele são contrários ou que dele não fazem uso, estão dadas as condições para que exista a possibilidade de apropriação deste discurso por parte de atores que orientam suas práticas quotidianas por interesses diversos, até mesmo contraditórios à retórica que propagam (FONSECA & BURSZTYN, 2008).

Dado o cenário descrito, é que propomos um breve estudo de caso sobre o tipo de imagem de empresa sustentável que tem sido veiculada por meio de uma pesquisa anual de grande alcance sobre as práticas de gestão ambiental empresarial das maiores companhias em atuação no território brasileiro.

3- CONTEÚDOS DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL PRESENTES NO QUESTIONÁRIO DA “ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL 2008”:

A pesquisa anual da editora Análise sobre gestão ambiental empresarial está em sua segunda edição mas já pode ser considerada uma obra de referência sobre o tema no cenário brasileiro devido a representatividade de sua amostra (onde constam 767 grandes empresas em operação no Brasil representando 50% do PIB nacional) e devido a profundidade e extensão do questionário apresentado aos participantes, que esclarece a maneira como as empresas consomem recursos naturais e tratam os resíduos de seu processo produtivo, entre outros temas relacionados a interface de suas ações e o meio ambiente. Segundo seu editorial, esta publicação se trata “da mais ambiciosa iniciativa da imprensa brasileira na tentativa de apresentar as práticas ambientais das maiores e mais importantes empresas em atuação no Brasil” (Análise Gestão Ambiental, 2008, p.10).

Para a elaboração deste anuário as informações foram reunidas no período entre janeiro e abril de 2008. Os questionários foram respondidos pelas empresas de maneira voluntária e sem implicação de custos. Os questionários foram apresentados para um universo de pesquisa pré-selecionado. O critério de escolha das empresas participantes foi o daquelas que apresentaram receita líquida anual acima de 192 milhões de reais, formando assim um grupo de mais de 27 ramos de atividade nos quatro setores econômicos, agroindústria, comércio, indústria e serviços.

3.1 Delimitação da temática do questionário

Neste ponto cabe uma breve digressão. Visto o que foi exposto nos tópicos anteriores, uma discussão atual sobre gestão ambiental não poderia deixar de se remeter ao conceito de sustentabilidade, de conteúdo mais amplo e dentro do qual as ações empresariais ambientais se inscrevem. O conceito de DS na sua formulação atual, amplamente aceita e divulgada na sociedade é o de uma forma de crescimento econômico que contemple as dimensões econômica, social e ambiental. Ou seja, que se demonstre sustentável nestes três âmbitos^{viii}. Neste sentido as empresas devem prestar contas de suas atividades conforme as exigências do chamado “*triple bottom line*” que congrega as demandas destes diferentes domínios citados acima e, segundo estes parâmetros que o desempenho de uma empresa será avaliado para que possa desfrutar da imagem de empresa sustentável.

A pesquisa em causa neste artigo limitou o escopo de seu questionário em relação ao conteúdo mais amplo de sustentabilidade ao priorizar os aspectos ambientais e faz a defesa desta escolha nos seguintes termos:

Simplificadamente, sustentabilidade envolve gestão ambiental no processo produtivo, qualidade do produto, segurança e qualidade de vida dos funcionários e solidez econômico-financeira do negócio, tudo permeado por um relacionamento transparente e ético da empresa com seus públicos. Por conta de sua abrangência, sustentabilidade é confundida ou limitada a ações assistenciais, filantrópicas ou de divulgação. Mostrar,

^{viii} O chamado “tripé da sustentabilidade”.

portanto, se uma companhia aplica efetivamente este conceito em seus processos e atividades exigiria uma pesquisa envolvendo tantas áreas da empresa que jamais seria editada como publicação (...). (Análise Gestão Ambiental, 2008, p.18).

Conforme podemos observar através da opinião emitida pelo editorial da pesquisa, a sua concepção de sustentabilidade diverge do conteúdo do “*triple botton line*” pois os elementos que se fazem presentes relacionam-se principalmente a processos internos da empresa (qualidade dos produtos e de vida dos funcionários, solidez econômica-financeira). A relação com partes interessadas, que poderia aqui ser considerado como os aspectos sociais a serem contemplados se limitaria a uma postura ética e transparente perante seus públicos. As ações propriamente sociais das empresas são consideradas como um elemento de confusão ou limitação no conceito de sustentabilidade. Este quadro demonstra que essa publicação adota um conteúdo de sustentabilidade bastante peculiar onde a dimensão social possui menor peso relativamente ao conteúdo do discurso geral sobre a adoção do tripé da sustentabilidade, onde os três elementos devem apresentar igual relevância.

Não obstante, os editores da pesquisa admitem abertamente que o questionário irá se limitar principalmente aos aspectos atinentes às iniciativas ambientais do processo produtivo, reconhecendo que: “Abordamos aqui apenas lateralmente as ações da companhia de caráter filantrópico”. (Análise Gestão Ambiental, 2008, p.24). Justificando que se trata de uma decisão técnica, pois, caso contemplassem as ações filantrópicas das empresas juntamente com a ambientais, um único anuário não seria suficiente para tanto.

3.2- Análise do questionário

Primeiramente gostaríamos de ressaltar que a análise aqui proposta limitar-se-á às questões e temáticas constantes no questionário e não contemplará as respostas dadas pelas empresas que a ele se submeteram.

A pesquisa proposta consistiu de um questionário fechado constando de 46 questões distribuídas em 15 temas, como se pode observar na tabela que segue:

TEMAS	Nº DE QUESTÕES
1- Práticas e procedimentos	4
2- Estrutura da gestão ambiental	6
3- Relacionamento com fornecedores	2
4- Consumo de recursos naturais	5
5- Tratamentos de resíduos	4
6- Ações de ecoeficiência	3
7- Reposição de vegetação	2
8- Controle de emissões	4
9- Preservação	1
10- Treinamento	2
11- Políticas de informação e divulgação	7
12- Parceiros/programas	2
13- Reciclagem	1
14- Prevenção	1
15- Licenciamento e território	2

Quadro 1- Frequência de questões observadas por tema

Para fins de análise, agrupamos os temas em cinco áreas temáticas principais da seguinte forma: Ações ambientais - temas 4,5,6; Organização da gestão ambiental – temas 1, 2, 8, 6^{ix}, 10, 11, 14, 13; Preservação ambiental – temas 7, 9; Relacionamento com partes interessadas – temas 3, 12; Contestação judicial – tema 15.

Observa-se que as temáticas mais detalhadamente avaliadas pelo questionário (organização da gestão ambiental e ações ambientais) dizem respeito a medidas que

^{ix} Consideramos o tema ações de ecoeficiência (que constava das questões: utilizam de fontes renováveis de energia? As que utilizam, que fontes usam ? Possuem ou não política corporativa voltada a mudança climática?) como pertinente tanto ao grupo do impacto ambiental quanto ao da organização da gestão ambiental.

abrangem processos internos, que se realizam dentro do que poderíamos chamar dos “muros das empresas”. Já as ações que se materializam no ambiente externo – constante nos temas 7, 9^x e 12^{xi}, agrupadas nas temáticas preservação ambiental e relacionamento com partes interessadas, encontram-se desproporcionalmente representadas na pesquisa.

Outro ponto a destacar é o caso do tema reciclagem que no questionário se restringia a questão de se as empresas utilizavam papel reciclado.

Desta forma, analisando conjuntamente a delimitação da temática da pesquisa com os temas das questões propriamente ditas, podemos constatar que o retrato que pode ser revelado através da aplicação deste questionário se refere a empresas que incorporam a variável ambiental em suas estratégias, políticas e ações corporativas que se concentram principalmente nos seus processos internos de organização da gestão. Podendo pouco informar sobre a relação da empresa com os demais atores do campo socioambiental onde ela atua bem como de ações concretas de melhoria das condições ambientais para além dos limites espaciais de suas plantas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação analisada neste artigo é bastante franca quanto aos seus objetivos e deixa clara sua visão e critérios sobre gestão ambiental bem como quanto a sua visão de sustentabilidade. Os resultados que são apresentados pela pesquisa em causa devem ser lidos e interpretados dentro dos limites propostos e contribuem, sem dúvida, para uma melhor compreensão da maneira pela qual as empresas brasileiras estão operando dentro deste novo contexto onde a demanda social por compromissos éticos passa a ser uma exigência ao bom funcionamento dos empreendimentos capitalistas.

^x A questão que consta neste tema é a seguinte: Mantém voluntariamente área verde nativa sob seu domínio?

^{xi} Tema que é constituído pelas seguintes questões: Possuem instituições voltadas para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável?; Mantém programas e parcerias com ONGs e entidades com atuação ambiental?

O problema surge quando a incorporação destas novas demandas é feita sob a égide de conceitos ou termos vagos e de ampla aceitação na sociedade – ainda que ela não esteja informada suficientemente a respeito de seus significados – como é o caso do conceito de DS ou da própria noção de sustentabilidade. Nestes casos a ausência de critérios definidos e conteúdos precisos prejudica a mensuração e comparação de resultados para que se produza um diagnóstico realista dos avanços das empresas na adoção de práticas sustentáveis.

Neste sentido, toda a iniciativa que contribua para um diagnóstico da realidade socioambiental à partir de critérios claros – ainda que limitados ou, por vezes, insuficientes – é positiva para que progressivamente se esvaneça a suspeita que paira da parte de alguns segmentos, especialmente os ativistas ambientais, sobre a natureza de algumas iniciativas socioambientais perpetradas por determinados segmentos sociais, como no caso do empresariado.

Bibliografia

- ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL. São Paulo: Análise Editorial, 2008.
- BURSZTYN, Marcel; FONSECA, Igor F. da. A banalização da sustentabilidade: entre o ecologicamente correto e a governança ambiental fortalecida. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPAS. Anais...Brasília, 2008. 1 CD-ROM.
- DEMAJOROVIC, Jacques. Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 2006.
- LEIS, H. & VIOLA, E. (1995) A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (Orgs.) Dilemas socio-ambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- NOBRE, Marcos. Desenvolvimanto sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de C. (Orgs.). Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília, Ed. IBAMA, 2002.